

Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola



2025/2026

ÍNDICE

Introdução	2
Enquadramento	4
Documentos de referência	5
Aprendizagens esperadas na Área de Cidadania e Desenvolvimento	5
Dimensões a trabalhar no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento	5
Organização ao nível da Escola	6
Identificação e articulação com os Stakeholders	11
Articulação com o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória	12
Coordenador da Área de Cidadania e Desenvolvimento	13
Avaliação	14
Anexos	15

Cofinanciado por:



INTRODUÇÃO

Nélson Mandela defendia que “a educação é a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo”. Partindo deste pensamento, podemos, de facto, considerar que a educação constitui um alicerce fundamental para o futuro de qualquer sociedade.

Hoje vivemos num mundo com problemas globais, como as alterações climáticas, os extremismos, as desigualdades no acesso aos bens e direitos fundamentais e as crises humanitárias, entre outros, em que a solução passa por trabalharmos em conjunto, unindo esforços para encontrar soluções para os desafios que ameaçam a humanidade.

A sociedade atual, marcada por ritmos acelerados de mudança, a que os avanços tecnológicos e a globalização não são alheios, coloca ao indivíduo e às diversas instituições sociais um conjunto de desafios no campo das atitudes, dos valores, das competências e do conhecimento. A Escola, consciente e atenta a esta problemática, procura constantemente encontrar mecanismos que contribuam para uma formação adequada do indivíduo face às novas realidades.

Por outro lado, a educação de qualidade é um direito humano fundamental e um investimento para o futuro. Aprender a tomar decisões informadas é aprender a exercer uma verdadeira cidadania que se quer democrática. É importante que as nossas crianças e jovens compreendam o mundo que os rodeia, mas é fundamental que procurem soluções para os inúmeros problemas que o afetam, no sentido de garantir um futuro que se quer mais sustentável.

O documento Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, constitui-se, naturalmente, como um referencial para o desenvolvimento curricular e para o trabalho a realizar em cada escola, procurando responder aos inúmeros desafios do mundo atual, alinhados com o desenvolvimento de competências.

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania integra um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação das crianças e jovens portugueses, com o objetivo de criar homens e mulheres que sejam verdadeiros cidadãos e cidadãs, no quadro do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares em vigor.

Neste sentido, a Área de Cidadania e Desenvolvimento, constitui-se como um espaço curricular privilegiado para o desenvolvimento de aprendizagens que promovam o relacionamento interpessoal e o relacionamento social e intercultural, no sentido de preparar os alunos para a vida em sociedade, para serem cidadãos

Cofinanciado por:



democráticos, mais intervencionistas e humanistas, num mundo onde a diversidade social e cultural é cada vez mais uma realidade e assim promover o espírito de tolerância e respeito pelo outro.

A Escola Profissional Mariana Seixas (EPMS), ao longo do seu percurso, tem delineado a sua estratégia de intervenção tendo em consideração os constantes e diversos desafios que são colocados ao contexto educativo dos dias de hoje.

As escolas são um espaço privilegiado na construção da base da nossa sociedade, sendo o agente que através do seu papel educativo / formativo, ajuda a desenvolver os cidadãos/cidadãs conscientes, responsáveis, informados e com capacidade de decisão.

Neste sentido, seguindo as linhas orientadoras do Projeto Educativo (PE) da escola, a EPMS promove aprendizagens e o desenvolvimento de competências relevantes em termos técnicos e profissionais, mas também nos domínios da atitude cívica individual e coletiva. A atuação da escola faculta ferramentas que permitem a mobilização das competências dos alunos/as na resposta às exigências da sociedade atual que, no contexto globalizado, assume um âmbito intercultural.

O Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho, Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, é um documento que pretende criar condições para a promoção, dentro do contexto educativo, de um equilíbrio entre pressupostos para a aquisição de conhecimentos, a capacidade crítica e criatividade, numa perspetiva de formar os alunos/as com solidez técnica e com ferramentas que lhes permitam ser cidadãos/cidadãs autónomos, responsáveis e socialmente ativos.

Neste sentido, a Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola (EECE) compreenderá uma convergência deste documento, assentando nos princípios fundamentais de cidadania e educação inclusiva e orientada para uma aprendizagem ativa fomentando pressupostos de enriquecimento curricular/académico, de qualificação profissional e cidadania democrática.

Assim, a escola assume um papel essencial na educação que promove a formação de jovens com competências e valores de cidadania democrática, sustentando uma construção de sociedades mais justas e inclusivas potenciando o respeito pela diversidade e defesa dos direitos humanos com base no diálogo, desenvolvimento de espírito crítico, democrático, pluralista e criativo.

Desta forma, alinhado com o Projeto Educativo da escola e reforçando o desenvolvimento de competências do século XXI, a EECE pressupõe um trabalho transversal a todos os dimensões de conteúdos das disciplinas dos diferentes níveis de educação.

Cofinanciado por:



ENQUADRAMENTO

Portugal tem assumido um conjunto de compromissos que se encontram associados a documentos chave que proporcionam um enquadramento relevante para uma compreensão das perspetivas contemporâneas da Educação para a Cidadania e do Desenvolvimento Sustentável.

A NÍVEL INTERNACIONAL

União Europeia:

- Declaração de Paris (Declaração sobre a Promoção da Cidadania e dos Valores Comuns da Liberdade, Tolerância e Não-discriminação através da Educação, de 17 de março de 2015)

Conselho da Europa:

- Carta sobre Educação para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos
- Competências para uma Cultura da Democracia. Viver juntos em igualdade em sociedades democráticas culturalmente diversas

ONU/UNESCO:

- ONU Declaração Universal dos Direitos Humanos (10 dezembro, 1948)
- ONU Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2016-2030
- UNESCO Educação para a Cidadania Global: preparar os aprendentes para os desafios do século XXI (2014)

A NÍVEL NACIONAL

- Plano Estratégico para as Migrações, 2015-2020
- V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, 2014 -2017
- V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, 2014-2017
- III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, 2014-2017
- Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, 2010-2015
- Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, 2013-2020

Cofinanciado por:



DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania- Resolução Conselho de Ministros 127/2025
- Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória - Despacho n.º 6605-A/2021, de 6 de julho
- Decreto Lei nº 54/2018
- Decreto Lei nº 55/2018
- Portaria 235-A/2018
- Projeto Educativo da Escola
- Plano Anual de Atividades

APRENDIZAGENS ESPERADAS NA ÁREA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento da Área de Cidadania e Desenvolvimento deve ter em conta os seguintes princípios:

- Conceção não abstrata de cidadania
- Identificação de dimensões essenciais em toda a escolaridade;
- Identificação de competências essenciais de formação cidadã (Competências para uma Cultura da Democracia)

Na abordagem da educação para a cidadania propõe-se que se atenda aos três eixos que foram recomendados, em 2008, pelo Documento do Fórum Educação para a Cidadania:

- Atitude cívica individual (identidade cidadã, autonomia individual, direitos humanos)
- Relacionamento interpessoal (comunicação, diálogo)
- Relacionamento social e intercultural (democracia, desenvolvimento humano sustentável, globalização e interdependência, paz e gestão de conflitos)

DIMENSÕES A TRABALHAR NO ÂMBITO DA CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

Tendo como base o documento Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e os percursos formativos que a EPMS oferece, as dimensões a trabalhar, de forma obrigatória, dado o seu caráter transversal e longitudinal, são os seguintes:

Cofinanciado por:



Grupo	Obrigatoriedade	Dimensões
1	Obrigatorias em todos os anos de escolaridade	Direitos Humanos Democracia e Instituições Políticas Desenvolvimento Sustentável Literacia Financeira e Empreendedorismo
2	Obrigatorias em pelo menos um ano de escolaridade em cada período: ao longo do 1.º ciclo do ensino básico, ao longo do conjunto dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ao longo do ensino secundário	Saúde Risco e Segurança Rodoviária Pluralismo e Diversidade Cultural Media

Não obstante esta organização, as dimensões a trabalhar na Cidadania e Desenvolvimento não devem ser entendidos como partes isoladas de um todo, mas sim como intercomunicantes, tendo na base uma visão holística da pessoa e devendo a sua abordagem privilegiar o contributo de cada um deles para o desenvolvimento dos princípios, dos valores e das áreas de competência inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatoria.

Para o tratamento de cada uma das diferentes dimensões, podem ser consultados diversos documentos de apoio em <https://www.dge.mec.pt/estrategia-nacional-de-educacao-para-cidadania>

ORGANIZAÇÃO AO NÍVEL DA ESCOLA

OPÇÕES CURRICULARES NA IMPLEMENTAÇÃO DA EECE

A EECE aqui apresentada é o resultado de um trabalho e projetos que têm vindo a ser dinamizados ao longo dos anos letivos. Como indica o PE, a EPMS tem como finalidade “contribuir para a formação para a cidadania,

Cofinanciado por:



para a promoção de valores, para uma atitude não dogmática, para a abertura e a adaptabilidade do indivíduo a novas situações são, pois, as nossas apostas. Pretendemos ser uma escola humana, rigorosa e exigente, preocupada com a qualidade do ensino e das aprendizagens, crescentemente assumida como uma organização aberta, capaz de promover a sua autoavaliação, e de responder aos desafios culturais e sociais que hoje fazem parte integrante do seu quotidiano”.

Neste sentido, é possível perceber que a temática da Cidadania sempre foi uma preocupação e um constructo que funciona como alicerce à cultura da própria escola. A escola tem assumido o compromisso de desenhar a sua atuação promovendo um equilíbrio entre desenvolvimento de competências de técnicas, de conhecimento, aptidões sociais e individuais que potenciem, como foi referido anteriormente, um espírito de cidadania democrática, respeito pela diversidade e defesa dos direitos.

A Cidadania e Desenvolvimento é integrada e implementada no currículo dos diferentes percursos formativos, numa perspetiva de reforçar os projetos e atividades que são desenvolvidas na escola. Assim, é possível capitalizar as parcerias e reforçar o PE da escola nas diferentes temáticas que têm relação direta com a construção da identidade dos nossos alunos para uma convivência plural e democrática.

A EECE deverá seguir uma metodologia de autonomia de todos os envolvidos e prevê uma ação que se estenda para além da sala de aula, numa perspetiva de proximidade com toda a comunidade na qual o aluno é o centro da ação. Esta abordagem promove o trabalho colaborativo, facilitando e facultando ferramentas aos docentes para a gestão dos desafios e da complexidade que caracteriza o contexto educativo.

Neste sentido, assume-se como finalidade o desenvolvimento e definição de estratégias ajustadas aos alunos em função da sua individualidade e realidade pessoal e social.

O sucesso educativo depende da definição estratégica do projeto educativo que está imbuído na cultura organizacional, promovendo um estilo de organização com capacidade de adaptação à mudança e à volatilidade do contexto em que as escolas estão inseridas. Nesta medida, é importante compreender a escola como um contexto em que todos os elementos são essenciais na sua estrutura, na cultura organizacional e perspetiva de que todos ensinam e todos aprendem. Desta forma, as escolas têm de ser vistas como sistemas onde as ações levam à criação e partilha de conhecimento entre os seus elementos. Aqui, verifica-se uma partilha de responsabilidade, uma visão de trabalho colaborativo e uma ação autónoma que promove o compromisso de todos perante um projeto único.

Esta visão permite compreender e fortalecer a capacidade de aprendizagem dos alunos, pois existe uma crescente preocupação na preparação da escola como um lugar onde se ensina e aprende constantemente, envolvendo todos os elementos que a compõem. Perante esta perspetiva de envolvimento e autonomia, o pessoal docente e não docente assume uma relevância significativa na motivação e empenho dos alunos

Cofinanciado por:

para a construção do seu percurso formativo, mas também para a exploração dos diferentes domínios que são propostos neste âmbito e na concretização dos projetos.

No que concerne à operacionalização dos domínios da Cidadania e Desenvolvimento, a EPMS assumirá a seguinte forma:

Cidadania e Desenvolvimento		Projeto
Integração transversal	Contributos de Encarregados de Educação/alunos	
	Contributo das diferentes disciplinas	
	Planificação por turma	
	Cursos Profissionais Cursos Educação e Formação	

Independentemente da metodologia utilizada para a operacionalização das dimensões, a Educação para a Cidadania está integrada na missão de toda a escola. Neste sentido, o desenvolvimento do projeto seguirá a cultura organizacional e permitirá o envolvimento de todos os intervenientes, quer como parceiros internos, quer como parceiros externos. É importante que a comunidade e a escola se encarem responsávelmente como parceiras de um projeto comum que garanta uma diversificação da ação e promoção de recursos para um desenvolvimento social sustentável.

Considerando o desenvolvimento da Cidadania e Desenvolvimento como uma medida de integração dos conteúdos ao nível transversal, é importante que todas as disciplinas funcionem em conjunto, formando não só um raciocínio sistémico, mas fornecendo também ferramentas para o desenvolvimento de um projeto prático, sustentado e enriquecedor para todos.

A abordagem da Educação para a Cidadania adota um modelo que contempla as seguintes situações de desenvolvimento:

- Integrada transversalmente no currículo disciplinar e multidisciplinar, em toda a escolaridade
- Globalmente em projetos de escola, em toda a escolaridade

Assim, a abordagem curricular da Educação para a Cidadania faz-se a dois níveis:

Cofinanciado por:



- Ao nível de cada turma
- Ao nível global da escola

Cursos de Educação e Formação (Tipos 2 e 3)	
Cursos Profissionais	
Cidadania e Desenvolvimento	Área interdisciplinar
Responsabilidade	Diretor de Turma
Domínios e competências a trabalhar ao longo do ano letivo	Conselho de Turma
Enquadramento	Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola

O desenvolvimento de cada uma das dimensões a trabalhar deverá ser realizado ao nível de cada turma/curso nas áreas curriculares das diversas disciplinas.

De modo a operacionalizar a abordagem dos diversos domínios, de forma mais sustentada, sugere-se que os mesmos sejam trabalhados da seguinte forma:

8 Dimensões obrigatórias	
Cursos Tipo 2	Quatro dimensões do grupo 1 e 2 do grupo 2 por ano letivo
Cursos Tipo 3	Todas as dimensões no ano letivo
Ensino Profissional	Quatro dimensões do grupo 1 em todos os anos letivos e 2 do grupo 2 por ano letivo

A abordagem dos temas deverá realizar-se no âmbito das diferentes disciplinas (áreas sociocultural, científica e técnica), desenvolvendo projetos, sob coordenação, preferencialmente, do diretor/a de turma.

De acordo com a legislação em vigor, deverá constar no certificado de cada aluno, no final de cada ciclo, o registo da respetiva participação nos projetos desenvolvidos.

O princípio da transversalidade da Área de Cidadania e Desenvolvimento deve estar sempre presente, sendo que, só a mobilização dos contributos das diversas componentes do currículo permitirá que a EECE seja efetivada na sua plenitude.

Cofinanciado por:

As dimensões a abordar, na turma, deverão ser objeto de planificação, sendo o Conselho de Turma responsável pela definição das dimensões a trabalhar. Recomenda-se, na medida do possível, o envolvimento dos diversos intervenientes, nomeadamente pessoal docente e não docente, alunos, Encarregados(as) de educação, parceiros da comunidade, entre outros/as. Considerando o desenvolvimento transversal das dimensões, a planificação deverá ser complementar à planificação de cada disciplina. O objetivo deste documento será uma descrição geral do projeto e a identificação da forma de envolvência de cada disciplina. Deverá valorizar-se o trabalho colaborativo, fundamental no desenvolvimento de projetos, não só entre as diversas disciplinas como também entre turmas, por exemplo, dos diferentes anos do mesmo curso.

A diversificação de metodologias pedagógicas deverá, naturalmente, estar sempre presente, devendo fomentar experiências reais de participação e de vivência da cidadania, de forma adequada a cada nível de ensino. Não devem, portanto, ser privilegiados processos teóricos e expositivos, mas sim uma metodologia assente no desenvolvimento de projetos.

Os projetos a desenvolver devem ser planeados pelos alunos da turma e respetivo Conselho, pretendendo-se que estes participem ativamente em todas as fases do projeto. Além dos conhecimentos, estes devem fomentar o desenvolvimento de competências, articulando-as com os conteúdos programáticos e as atividades intrínsecas de cada uma das disciplinas. O trabalho desenvolvido no âmbito dos projetos deve contribuir para a formação pessoal e social dos alunos, em articulação com o projeto educativo da escola.

Nesse sentido, aconselha-se, que sejam seguidas as seguintes fases:

1^ª fase	Desafio/ escolha do(s) tema(s)
2^ª fase	Planificação
3^ª fase	Pesquisa e tratamento da informação
4^ª fase	Execução/ Apresentação/ divulgação
5^ª fase	Avaliação

PROJETOS/ATIVIDADES AO NÍVEL DE ESCOLA

Cofinanciado por:



Além do referido no ponto anterior, o desenvolvimento DAS DIVERSAS DIMENSÕES deverá ainda ser assegurado forma transversal em toda a escola através de projetos e atividades consagrados no Plano Anual de Atividades, dos quais destacamos:

- **Dia da Escola – Polo de Castro Daire**
- **Desporto Escolar EPMS**
- **Halloween**
- **Parlamento dos Jovens**
- **Orçamento Participativo**
- **Concurso Escolas Empreendedoras CIM Viseu Dão Lafões**
- **Concurso “Ciência na Escola”, da Fundação Ilídio Pinho**
- **Concurso Escola Electrão**
- **Organização de eventos desportivos (torneios e campeonatos)**
- **Semana Intercultural**

IDENTIFICAÇÃO E ARTICULAÇÃO COM OS STAKEHOLDERS

Os projetos a desenvolver no âmbito da Área de Cidadania e Desenvolvimento ou ao nível de escola, devem, naturalmente, estar articulados com a EECE e, na medida do possível, envolver entidades locais, regionais e até nacionais.

A Escola do século XXI deixou de estar circunscrita ao tradicional espaço escolar, abrindo-se ao mundo que a rodeia e assumindo um papel mais intervencional na comunidade, aproveitando recursos e potencialidades, não menosprezando as suas necessidades, aprendendo e contribuindo, com propostas inovadoras e criativas, para melhorar o mundo e a sociedade da qual faz parte.

Nesse sentido, o desenvolvimento de projetos em parceria com entidades externas assume um papel de relevo e uma mais-valia para todos, nomeadamente os alunos, peça central do processo educativo que assim experimentam situações da vida real e interiorizam, de forma mais substancial, as vivências e os desafios da comunidade.

Assim, recomenda-se que o desenvolvimento de projetos possa ser efetivado através de parcerias com as seguintes entidades:

- **UNESCO - Rede de Escolas UNESCO**
- **CASES – Cooperativa António Sérgio**
- **Gesentrepreneur**
- **Amb3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos**

Cofinanciado por:



- **CIM Viseu, Dão-Lafões**
- **Cruz Vermelha Portuguesa**
- **Banco Alimentar**
- **Nariz Vermelho**
- **AMI**
- **CLDS Viseu**
- **CLDS Castro Daire**
- **Associação Cultural Adamastor**
- **Sociedade Portuguesa da Diabetes**
- **Instituto Português do Sangue**
- **Câmara Municipal de Viseu**
- **Câmara Municipal de Castro Daire**
- **Obras Sociais Viseu**
- **Junta de Freguesia de Viseu**
- **Junta de Freguesia de Castro Daire**

ARTICULAÇÃO COM O PERFIL DO ALUNO À SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA

“O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho, afirma-se como referencial para as decisões a adotar por decisores e atores educativos ao nível dos estabelecimentos de educação e ensino e dos organismos responsáveis pelas políticas educativas, constituindo-se como matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem”.

Despacho n.º

6478/2017, 26 de julho

Cofinanciado por:



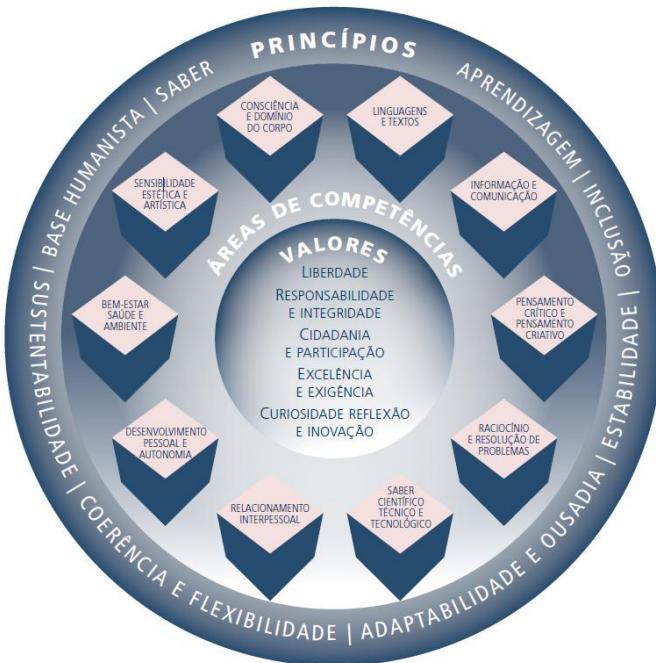


Figura 1 - Esquema conceitual do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatoria

De acordo com o documento que define o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatoria, “*a educação escolar em que os alunos desta geração global constroem e sedimentam uma cultura científica e artística de base humanista. Para tal, mobilizam valores e competências que lhes permitem intervir na vida e na história dos indivíduos e das sociedades, tomar decisões livres e fundamentadas sobre questões naturais, sociais e éticas, e dispor de uma capacidade de participação cívica, ativa, consciente e responsável*”.

Assim, os diversos domínios a desenvolver na área de Cidadania e Desenvolvimento devem ser entendidos como sendo intercomunicantes, tendo como base uma visão da pessoa como um todo. Estes domínios devem ser abordados tendo em conta o contributo de cada um deles para o desenvolvimento dos princípios, dos valores e das áreas de competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatoria, conforme o esquema conceitual representado na figura anterior.

COORDENADOR DA ÁREA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

- Deve ter experiência de coordenação de equipas e capacidade organizativa;
- Deve frequentar/ter frequentado ações de formação sobre Educação para a Cidadania;
- Deve possuir competências de utilização de meios tecnológicos e de Plataformas Digitais;
- Deve conseguir estabelecer e manter relações empáticas com discentes, docentes e pessoal não docente, sustentadas em processos de escuta e reconhecimento;

Cofinanciado por:

- Deve ter uma visão intercultural da educação (o reconhecimento das culturas em presença);
- Deve sentir-se motivado para desempenhar a tarefa, sem imposição superior;
- Deverá revelar experiência no desenvolvimento de projetos a nível de escola e capacidade de organização coletiva.

O PAPEL DO COORDENADOR DA ÁREA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

Na EPMS, a coordenação da Área de Cidadania e Desenvolvimento é constituída por dois docentes, um da Área Sociocultural e outro da Área Científica. A equipa tem a responsabilidade de coordenar a EECE e elaborar um relatório anual, onde deve constar um balanço das atividades/projetos desenvolvidos pelas diferentes turmas, assim como, as eventuais necessidades de formação do pessoal docente.

AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO DOS ALUNOS

Na ENEC define-se que a avaliação das aprendizagens deve integrar e refletir as competências de natureza cognitiva, pessoal, social e emocional, desenvolvidas e demonstradas por cada aluno. Na avaliação dos alunos deverá ter-se em conta as seguintes áreas de competência:

- Competências pessoais
- Competências sociais
- Pensamento crítico e criativo
- Conhecimentos

A avaliação deve ser entendida como um processo contínuo, que fornece feedback associado às múltiplas interações que ocorrem nos processos de ensino e de aprendizagem, no sentido de ajustar estes processos e melhorar os resultados e as aprendizagens que se desejam atingir. Nesse sentido, a avaliação deve:

- Privilegiar a diversificação de instrumentos e técnicas de recolha de informação;
- Procurar envolver o aluno em todo o processo;
- Ter em conta a diferenciação pedagógica;
- Ser contínua e sistemática, tendo em conta a realidades aluno/turma e as atividades desenvolvidas no âmbito do trabalho realizado ao longo do ano letivo.

O processo de avaliação deve considerar a importância do impacto e participação dos alunos face aos projetos desenvolvidos e as competências demonstradas através de evidências.

Cofinanciado por:



Como forma de suporte à avaliação do envolvimento dos alunos, foi criada uma grelha de observação e grelha autoavaliação que terá como função facilitar a observação do trabalho desenvolvido. O preenchimento destas grelhas pode ser acompanhado por uma reflexão qualitativa em torno do envolvimento, da participação e do interesse de cada aluno em relação ao projeto desenvolvido.

Quer nos Cursos de Educação e Formação (CEF) quer nos Cursos Profissionais (CP), cada docente, na sua disciplina (Componentes sociocultural, científica e técnica) deve avaliar os alunos relativamente ao trabalho realizado, no âmbito do projeto de Cidadania e Desenvolvimento definido, ao longo do período, avaliação essa que constará da Ficha de Informação de final de período. No Plano de Acompanhamento Pedagógico da Turma, atualizado e monitorizado no final de cada período, constará também o registo relativo à evolução do trabalho desenvolvido até ao momento.

No final do ano letivo, além da autoavaliação, será solicitado aos alunos, pelo Diretor de Turma, que realizem uma avaliação do projeto em que participaram, ou seja do projeto trabalhado na turma.

AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

No Conselho de Turma final, deverá ser elaborado um relatório global final, onde deverão constar os seguintes elementos: designação do projeto; descrição do projeto; domínios abordados, objetivos gerais; desenvolvimento do projeto - descrição das atividades desenvolvidas por disciplina e o número de horas despendidas; os pontos fortes e fracos e uma avaliação qualitativa global do projeto. A elaboração deste documento é da responsabilidade do Diretor de Turma, depois de ouvidos os restantes elementos do respetivo Conselho de Turma.

AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NA ESCOLA

O acompanhamento e a avaliação da Estratégia de Educação para a Cidadania na EPMS terão em conta os diversos intervenientes em todo o processo, nomeadamente docentes, alunos e Direção Pedagógica. Prevê-se que, no final do ano letivo, a Estratégia definida, em função das necessidades e das fragilidades que forem surgindo, possa ser alvo de alteração.

ANEXOS

Cofinanciado por:

